**Diário da Sessão n.º 110 de 17/06/04**

**Presidente:** Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Petição – "pela reabilitação das estradas do Faial"**, apresentada pelo Sr. Luís Carlos Correia Garcia, e **Proposta de Resolução** sobre este mesmo assunto, apresentada pelo PSD.

Eu vou colocar em debate a Petição e a Proposta de Resolução.

Estão abertas as inscrições para o debate destes dois documentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos reconhecem o péssimo estado das estradas na Ilha do Faial. Em muitas delas o piso está transformado numa autêntica calamidade pública e o mal é de tal forma generalizado que nenhuma delas escapa. São as estradas regionais, as agrícolas e as municipais, cuja situação é semelhante em todas elas e mostra, até à saciedade, o desleixo que tem havido no investimento do Governo Regional e da Câmara Municipal da Horta neste sector, nos últimos anos.

As opções do Governo Regional para as estradas da Ilha do Faial têm pormenores quase novelescos de sucessão, de repetição de promessas que nunca foram cumpridas, que vão sendo adiadas umas, outras apenas sugeridas e depois faz um show-off com começo de obras e depois diz-se que afinal essas obras não vão avançar com essas características.

Portanto, sem querer entrar em pormenores, posso dizer com verdade que a questão da intervenção do Governo Regional nas estradas da Ilha do Faial parece, às vezes, uma novela mexicana, de paixões fortes, repetidamente esquecidas.

O mesmo se diga relativamente à questão da Variante à Cidade da Horta, que foi "enterrada" pelo Sr. Secretário e dela nunca mais se ouviu falar.

Exactamente porque os faialenses sentem diariamente o estado das estradas da Ilha do Faial, cerca de 1700 peticionários apresentaram a esta Assembleia Legislativa Regional uma Petição que revela exactamente o seu descontentamento com a situação das estradas na Ilha do Faial e apelam a uma intervenção desta Assembleia no sentido de conceder aos automobilistas desta ilha uma redução de 50% na taxa de inspecção dos veículos e um alargamento do período para a reparação dos danos causados nas viaturas, devido ao mau piso das estradas.

Porque entendemos que esta Petição tem inteira justiça e actualidade, apresentamos simultaneamente uma Proposta de Resolução que reproduz exactamente aquilo que são as sugestões e as propostas dos peticionários.

**Presidente:** O Sr. Deputado José Decq Mota pretende a palavra para?

**Deputado José Decq Mota** *(PCP):* Para uma interpelação a Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado José Decq Mota** *(PCP):* Sr. Presidente, quando se trata duma Petição, normalmente é apresentado em primeiro lugar o relatório pela Comissão que o elaborou e isso não foi feito.

Penso que é um dado importante para este debate a leitura desse relatório, porque tem uma conclusão que diferencia posições.

Acho que era importante nós sabermos o que é que estamos a discutir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** O Sr. Deputado tem toda a razão. Foi um enorme lapso da Mesa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso para fazer a leitura do relatório.

**Deputada Andreia Cardoso** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**"Relatório da Comissão de Economia relativo à Petição "Pela reabilitação das estradas do Faial"**

A Comissão de Economia reuniu, nos dias 6 de Abril e 14 de Junho de 2004, respectivamente na Delegação de Ponta Delgada e na sede da Assembleia Legislativa Regional, na Horta, com uma ordem de trabalhos de que constava a apreciação da petição "pela reabilitação das estradas do Faial".

Apreciada e discutida aquela petição, a Comissão elaborou o seguinte relatório de acordo com o n.º 1 do artigo 191.º do Regimento:

Em Março de 2004, deu entrada na Assembleia Legislativa Regional, um abaixo-assinado de cerca de mil e setecentas assinaturas que requeria à Assembleia Legislativa Regional, ao Governo Regional, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Horta para que "efectuem as diligências necessárias e tomem as medidas indispensáveis para que a reabilitação das estradas do Faial seja uma prioridade que não mais continue a ser adiada".

Afirmava-se naquele abaixo-assinado que "em face ao actual estado das estradas regionais e estradas e caminhos municipais" e enquanto tal reabilitação não ocorresse devia a população do Faial beneficiar de "uma redução de 50% no tarifário para as inspecções e reinspecções de veículos, bem como da fixação do prazo especial de um ano para reparar deficiências encontradas relativas ao sistema de direcção e ao conjunto eixo/rodas/suspensão/transmissão".

Remetido aquele abaixo-assinado à Comissão de Economia por despacho do Senhor Presidente da Assembleia, a Comissão procedeu ao seu exame, verificando que cumpria todos os requisitos de admissibilidade para aquele documento poder ser enquadrado nas condições previstas na Lei n º 15/2003, de 4 de Junho para o exercício do direito de petição.

Aferidos os requisitos legais, a Comissão decidiu proceder às seguintes audições:

- Secretário Regional da Habitação e Equipamentos;
- Presidente da Câmara Municipal da Horta.

O Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos começou por afirmar que as estradas do Faial não justificam este tipo de petição.

Informou também que as obras de reabilitação das estradas do Faial, à data da audição, já haviam sido adjudicadas, à firma Tecnovia pelo montante de 3.362.382,87 euros, com um prazo de execução de 12 meses. As referidas obras vão desenvolver-se na Estrada Regional n.º 1-1.ª, nos troços Lombega-Trupes, incluindo o ramal do Varadouro, e Espalhafatos-Trupes.

O Senhor Secretário entende que o Governo deverá continuar as praticar as taxas para inspecção e reinspecção de veículos fixadas na portaria. Acrescenta que tal não se justifica uma vez que a situação das estradas do Faial não é de forma alguma idêntica às estradas das Flores, que justificavam a excepção devido às insuficiências estruturais do seu asfalto.

Após terem sido colocadas algumas questões relativamente às características técnicas da intervenção que irá decorrer nas estradas do Faial, o Senhor Secretário esclareceu que será tecnicamente correcta.

A Comissão de Economia procedeu também à audição do Senhor Vereador da Câmara Municipal da Horta, Sr. Orlando Rosa, tendo este começado por afirmar que o Faial possui 219 Km de estrada sendo 75% em asfalto,

acrescentando que grande parte delas estão em elevado estado de degradação.

A Câmara Municipal da Horta (CMH) informou ter procedido, após o sismo, à reparação de 16 Km de Estrada com asfalto betuminoso e ter iniciado obras em 9 Km respeitantes à empreitada Pedro Miguel, Praia do Almoxarife, Castelo Branco e Feteira.

O Município da Horta procede diariamente à remendagem das estradas afectando uma equipa de 10 homens para este efeito.

Para além das obras directas da Câmara Municipal da Horta, esta edilidade procede também a um esforço financeiro significativo no âmbito da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, que corresponde em 2004 a 368.441€, destinados a conservação de caminhos, pequenas asfaltagens e reparação de valetas.

Após terem sido colocadas algumas questões relativas à necessidade de repensar a filosofia orçamental da Câmara Municipal da Horta por forma a permitir um esforço suplementar de investimento na rede viária, o responsável camarário informou que para além das condicionantes financeiras do Município, também o Eixo das estradas no PRODESA está esgotado, estando no entanto convicto de que dificilmente será possível executar, aquele que é o compromisso eleitoral do executivo, na asfaltagem de 50 Km de estrada.

Em face do exposto, a Comissão de Economia entendeu por maioria o seguinte:

a) Que o esforço que está a ser feito para a recuperação e reabilitação das estradas do Faial, pelo Governo Regional dos Açores e Câmara Municipal deve ser prosseguido e se possível intensificado o que aliás é o objectivo principal da própria petição.

b) Quanto aos outros dois objectivos a Comissão entende por maioria que não se justificam as medidas excepcionais propostas.

Angra do Heroísmo, 14 de Junho de 2004.
A Relatora, *Andreia Cardoso da Costa.*
O presente relatório foi aprovado por unanimidade.
**O Presidente,** *Dionísio de Sousa.*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Governo Regional tem vindo a fazer um esforço, que é notório, na nossa rede rodoviária regional.

A Petição e a Proposta de Resolução tratam de outras vias, mas há uma grande circulação de veículos no Faial – mais de 7 mil –fundamentalmente nas estradas regionais.

Entendemos também que foi tomada uma posição relativamente às estradas regionais das Flores, porque, infelizmente, só agora é que estão a decorrer as primeiras empreitadas para asfalto betuminoso naquela Ilha, passados todos esses anos, desde o início da nossa autonomia.

No caso do Faial nós temos uma rede de estradas que tem duas configurações em matéria de estradas regionais. Tinha uma primeira parte que já estava concluída e tem uma segunda parte que vai fechar, no prazo de um ano, o anel rodoviário da Ilha do Faial, com alguns melhoramentos que entretanto têm sido feitos em matéria de conservação corrente.

Por isso nós pensamos que não há nenhum sentido de equidade, face àquilo que se passa na Região, tendo em conta o tempo em que já há inspecção de veículos automóveis. Como se sabe, é anterior 1996 e isso nunca se praticou em épocas em que as estradas estavam muito piores.

Portanto, estando a decorrer uma empreitada de 3,3 milhões de euros na Ilha do Faial, que vai fechar o anel rodoviário, tendo havido melhorias sobretudo na estrada entre a Lombega e Trupes, não era correcto, no entendimento do Governo Regional, estar a proceder a diminuições de taxas que, ao fim e ao cabo, resultam de alguns preços que nós consideramos que não são elevados, mas que visam manter a segurança dos veículos. Como se sabe, foi aprovada nova legislação que permite alguma flexibilidade em termos das inspecções periódicas desses veículos.

Sob o ponto de vista do entendimento do Governo, não se justifica, perante o quadro presente, nenhuma alteração de taxas, no caso da ilha do Faial, porque isso iria abrir um precedente que manifestaria grande iniquidade comparativamente com outras ilhas.

Por outro lado, isso nunca foi feito no tempo em que as estradas estavam muito piores. Devo dizer que quando nós chegámos ao Governo em 1996 nem chegava a duas centenas de quilómetros de asfalto betuminoso na nossa rede viária regional.

Nós vamos concluir cerca de 500 km nestes últimos oito anos.

Temos ainda algum caminho para andar, mas isso não pode significar a nossa atenção através de um facilitismo que não nos parece ser o mais justo no âmbito do quadro regional.

**Vozes dos deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota** *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Muito brevemente queria fazer algum comentário sobre esta Petição e esclarecer a posição do Grupo Parlamentar do PCP sobre a mesma.

Esta intervenção do Sr. Secretário Regional é absolutamente cor-de-rosa.

Penso que o Sr. Secretário Regional conhece, com relativa profundidade, o estado da rede viária do Faial, daquela que é da responsabilidade da sua Secretaria e dos restantes caminhos e estradas.

Eu lembrava, a este respeito, uma afirmação feita na Comissão há dois dias pelo senhor vereador Orlando Rosa que afirmou que o Faial possui 219 km de estrada, sendo 75% em asfalto, acrescentando que grande parte está em elevado estado de degradação.

É evidente que, quer através da declaração de um vereador da maioria, responsável por este pelouro, no que diz respeito às estradas municipais, quer aquilo que é o sentido dos faialenses, o Sr. Secretário Regional foi absolutamente suave naquilo que disse.

Nós vivemos na única ilha dos Açores e, talvez, na única zona do país, em que uma antiga estrada regional de 2ª, alcatroada, que nesse nível de classificação foi das melhores da Região em tempos idos, passou a terra há 5 ou 6 anos atrás.

**Deputado Paulo Gusmão** *(PP):* Foi uma atitude ecológica!

**O Orador:** De facto, nós vivemos numa ilha onde, por razões de vário tipo, a rede viária foi completamente abandonada durante vários anos, ficando completamente degradada. Isto não pode deixar de ser referido.

Evidentemente que esta Petição que aqui está presente partiu de cidadãos que assim o entenderam. Todos conhecem o primeiro subscritor. É uma

personalidade política local, ligada a um partido. É Presidente da Comissão Política do PSD.

De entre os subscritores desta Petição estão pessoas de todos os partidos políticos desta ilha, do partido que apoia a maioria, do meu partido, do partido do Sr. Deputado Paulo Gusmão e naturalmente do PSD. Destes subscritores muitos não têm nenhum partido. Isto une os faialenses, porque é efectivamente um problema muito grande.

Mais:

Estou em crer que esta Petição, o movimento à volta das questão das estradas, os quilómetros de estradas descritos que têm vindo nos jornais locais ao longo destes anos e as horas de declarações políticas que sobre as estradas têm sido produzidas, levaram a que o Governo tomasse a opção de fechar o anel, opção essa que há dois anos não tinha. Ainda bem que esta pressão foi feita.

Entretanto, eu gostava de registar que foi tomada uma opção que, do ponto de vista técnico – eu não sou técnico – tem diferença substancial em relação à metodologia usada na outra parte da estrada que foi feita antes, do aeroporto para baixo, ou seja, não vai ser feita caixa para a estrada. O tapete vai ser aplicado em cima do piso antigo, depois de rectificado. Foi uma opção tomada. Suponho que seja mais barata e eventualmente mais rápida, mas espero que tenha sido feita a devida avaliação para se saber se a recuperação fica como deve ser.

Em relação a caminhos municipais, a dada altura, foram feitas recuperações sem valetas e, como foi reconhecido pelo Sr. vereador da Câmara Municipal da Horta, estradas feitas à relativamente poucos anos, hoje estão degradadas, porque a recuperação feita sem escoamento das águas faz com que isso aconteça. O senhor vereador, em relação aos caminhos municipais,

garantiu que em relação aos 16 km já feitos e mais alguns que vão fazer, já não será feito assim.

Ainda bem que a pressão política, muito persistente e teimosa, feita de muitas maneiras ao longo dos últimos anos, teve como efeito alguma aceleração no que respeita às estradas regionais. Mas isto não resolve uma outra questão, é que isto que é sugerido na Petição deveria vigorar o tempo que fosse necessário, mais que não fosse simbolicamente, porque era uma forma do Governo dizer com humildade, "nós não pudemos, mas estamos atentos", mas não é essa a posição que o Sr. Secretário toma.

Tinha-lhe ficado bem, Sr. Secretário Regional, que já é secretário desde a anterior legislatura, ter tido esta iniciativa na altura que a tomou para outros lados, mais concretamente para a Ilha das Flores. Não foi assim que entendeu.

Estamos a fazer este debate e o problema está colocado.

A maioria, conforme está no relatório da Comissão e a Sra. relatora anunciou, discorda com aquilo que os peticionários colocam - repito - a maioria discorda daquilo que os peticionários colocam, mas o Grupo Parlamentar do PCP concorda e fá-lo com muita convicção.

Muito obrigado.

**Deputado Luís Medeiros** *(PSD): Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero reafirmar mais uma vez a posição do Governo em relação à Petição.

Nós entendemos que não se justifica a redução da taxa e temos claras razões.

Em relação a uma outra observação que foi feita pelo Sr. Deputado José Decq Mota gostaria de dizer que mais uma vez estamos a trazer assuntos técnicos para o hemiciclo, mas isso não significa que haja qualquer razão da sua parte em temer a intervenção que nós estamos a fazer.

Nós estamos a fazer uma intervenção devidamente projectada, com órgãos de drenagem - se quiser pode chamar valetas ou outra coisa qualquer, mas ela será feita com esses cuidados - e que vai melhorar a sinalização de toda a via e a sua segurança, com a instalação de guardas metálicas, etc.

Portanto, é uma intervenção moderna que vai modernizar as estradas regionais do Faial.

Também quero reafirmar que nós não começámos antes, porque não houve recursos financeiros para que isso acontecesse, mas sempre assumimos que era preciso continuar as empreitadas.

Por outro lado, também dissemos que o esforço da reconstrução, nomeadamente com a utilização ao longo das estradas de maquinaria e equipamento pesado e com as demolições, desaconselhara uma intervenção mais cedo em matéria de estradas regionais do Faial.

Se me fala em estradas do interior da ilha, é verdade, Sr. Deputado, nós, infelizmente, numa rede de 1400 km, por toda a Região Autónoma dos Açores, ainda temos algumas estradas secundárias e estradas de 1ª categoria, em algumas ilhas, que ainda não estão totalmente reabilitadas, mas temos feito um grande esforço para resolver esse problema. É por isso que nestes oito anos nós vamos reabilitar 500 km de estrada, em matéria de asfalto betuminoso, o que contrasta claramente com o esforço foi feito até a esta data.

Isto significa a nossa atenção às acessibilidades terrestres em matéria de segurança, mas também de durabilidade.

As estradas regionais continuam a ser um problema importante e um objectivo fundamental para que a Região Autónoma dos Açores tenha também não só uma visão de modernidade para quem nos visita, mas, sobretudo, de segurança e conforto para quem cá reside.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa** *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tomo a palavra nesta questão principalmente porque estou em situação semelhante a 90% dos deputados, embora faça parte da Comissão de Economia onde esse assunto foi tratado. Não estive presente nalgumas das reuniões que trataram deste assunto. Portanto, só tenho como base para minha informação as informações que foram aqui fornecidas e aquelas que constam do relatório da Comissão.

Evidentemente, tudo isso resulta que a situação das estradas do Faial não tem nenhum paralelismo com as estradas das Flores e esse é um erro básico do qual parte a Petição.

Admito perfeitamente que pudesse acontecer, mas é um erro básico que é repetido, agravadamente, na Proposta de Resolução, por tudo o que foi dito, o que já é mais estranho.

O aspecto essencial da Petição que está esquecido na Proposta de Resolução e que foi esquecido pelo Sr. Deputado do PSD que acabou de falar, é "…dar prioridade para que se efectuem as diligências necessárias e se tomem as medidas indispensáveis para que a reabilitação das estradas do Faial seja uma prioridade que não mais continue a ser adiada".

Tudo o que aqui foi dito e tudo o que consta do relatório mostra que se está perseguindo nesse sentido, ou seja, que o aspecto essencial da Petição – é

necessário acorrer com prioridade às estradas do Faial – está a ser satisfeito.

Foram tomadas recentemente medidas que resolvem aquilo que da Petição a Proposta de Resolução esquece.

É evidente que a força dessa Petição, para nós Assembleia, não está no número de pessoas que a assinaram nem da qualidade dessas pessoas, mas sim daquilo que a Comissão recolheu sobre a Petição. É isso que deve fundamentar uma posição sobre ela.

Para a maioria continua a ser verdade que as duas conclusões que aí estão no relatório são as que devem ser tomadas.

Nós podemos tentar perceber como é que se cometem erros, que se admitem numa Petição, mas que dificilmente se permitem numa Proposta de Resolução.

Em relação ao ponto 2, por exemplo, pede-se "a fixação do prazo de um ano para a reparação das deficiências que forem detectadas nos centros de inspecção, em relação a eixos, rodas e inspecções de transmissão".

Isso é contraditório com o retrato que se dá das estradas do Faial. Elas provocam mais estragos em todos esses equipamentos, mas pede-se mais um ano para a inspecção e as reparações serem retardadas, quando a preocupação de segurança devia impor, em estradas piores, segundo a descrição feita, precisamente o contrário, que as inspecções fossem mais frequentes, porque os estragos são maiores.

Por que é que está aqui um ano?

Por que é que se pede o prolongamento do prazo e não o encurtamento, como resultaria da lógica do quadro traçado?

Em relação às Flores diz-se que "há dificuldades na obtenção de equipamentos e acessórios para reparação imediata de algumas deficiências encontradas".

Ora, em relação a este caso, que eu saiba, e isso não foi provado na Comissão, o PSD não fez a menor tentativa para esclarecer e tinha a Comissão para o fazer. Sem nenhum esclarecimento complementar, embora fazendo implicitamente e reduzindo a situação do Faial igual à situação das Flores, o que me parece claramente abusivo, o PSD pede que se aplique exactamente a mesma coisa que se aplicou nas Flores, porque o que é bom para as Flores é bom para o Faial.

Mais:

No caso das Flores fixou-se um prazo, que foi 2003.

O que é que se faz aqui?

Diz-se que "se concede uma redução de 50%", exactamente o mesmo das Flores, "enquanto se mantiver o estado actual das rodovias da ilha".

Então basta alterar o estado actual em 1 km e isso deixa de fazer qualquer sentido.

É esta a interpretação. São lapsos de forma que não se compreendem. Compreende-se, sim, que estas coisas devem ter um prazo fixado, que no caso das Flores foi 2003 e aqui é para enquanto se mantiver o estado actual. O estado actual já não é o mesmo da altura da aprovação.

**Deputado Costa Pereira** *(PSD):* É pior.

**O Orador:** Mesmo que seja pior não é o estado actual.

Portanto, essa formulação não tem nenhum sentido, como também não tem nenhum sentido esta Assembleia no mês de Março, num diploma que aprovou sobre este assunto, ter entendido que é o Governo que deve ter em consideração o estado das rodovias susceptível de provocar um desgaste

geral dos veículos que nela circulam e uns meses depois vêm dizer que o Governo deve reduzir o tarifário dessas inspecções para 50%.

Não faz nenhum sentido a Assembleia, na legislação, manter-se no seu plano de legislador e depois dizer que o Governo deve fazer em terminado montante.

Dito isto sobre a Proposta de Resolução, gostaria de chamar a atenção para uma concepção de pensamento político e sociológico que está por detrás disso. Reclamam-se organismos para determinadas ilhas e depois entendem que esses organismos não devem funcionar como funcionam nas outras ilhas, porque entendem, um pouco arbitrariamente, que há situações de excepção que se criam nessas ilhas, sem se tentar justificar por que são essas excepções.

Isso podia-se exemplificar como sendo uma linha de pensamento muito característica de determinados sectores que – é só para dar um exemplo que não tem nada que ver com as estradas, mas que tem a ver com essa concepção geral – entendiam que a Assembleia Regional devia estar no Faial, mas antes da anterior revisão estatutária permitia-se que a Assembleia tivesse plenários fora do Faial. Esta decisão foi retirada na última Revisão Constitucional. Porquê? Isto é vantajoso para a Assembleia? Não é vantajoso.

Imaginem a importância que teria para a divulgação desta Assembleia, um plenário em Angra ou em Ponta Delgada. Já tentaram imaginar isso?

Isto estava permitido no anterior Estatuto, agora não está, ou seja, criou-se uma situação de excepção não ligada às vantagens do próprio órgão, mas uma determinada concepção de funcionamento que deve funcionar com base em estatutos especiais de excepção que não permitem o funcionamento adequado deste órgão.

É este pensamento político e sociológico que está por detrás dessa concepção, ou seja, aquilo que é bom para as Flores, é bom para o Faial, porque cria um refúgio especial, segundo o princípio da taxa de menor esforço e de menor implicação das pessoas nas soluções concretas.

Esse tipo de raciocínio julgo que é vicioso, é condenável e não serve efectivamente uma perspectiva que aqui foi salientada e não pode ser compreendido numa perspectiva de solução regional dessas questões. Efectivamente não pode ser e este é um argumento bastante desfavorável a essa pretensão.

Uma outra observação final, é que essas situações concretas que ocorram estão previstas na legislação sob o nome de responsabilidade civil extra contratual do Estado e de mais pessoas colectivas, às quais é possível pedir indemnizações. Isso está longamente explicitado num Decreto-Lei de 67. Existem interpretações administrativas que até partem da presunção de culpa quando essas acções não são feitas num determinado sentido, mas passam, sim, caso a caso, pelos tribunais.

Era bom, se houver caso para as pessoas serem ressarcidas dessas situações extraordinárias, que a maioria tentasse que os tribunais funcionassem com mais eficácia para permitirem efectivamente as soluções e a responsabilização extraordinária para essas situações, em relação às quais os entes públicos partem sempre da presunção da culpa, ou seja, são os entes públicos que têm que provar que fizeram tudo o que devia ser feito.

Portanto, existe uma solução para este problema que está muito mais na vossa mão do que na nossa.

O que estava na nossa mão e na posição do Governo Regional é satisfazer a primeira exigência, que o PSD esquece, de dar prioridade à recuperação das estradas do Faial. Essa prioridade está a ser dada.

Portanto, é este o sentido essencial desta Petição e este sentido inicial devia ter sido aproveitado na Proposta de Resolução do PSD, mas não foi. É habitual.

Para o PSD o importante é o acessório. Para nós o importante é apostar na recuperação das estradas do Faial em tempo próprio e em tempo possível.

As duas razões porque isso não foi feito antes já foram apresentadas e não vale a pena estar a invocá-las, mas vale a pena dar o sentido e o entendimento que o PS tem desta questão.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu nunca imaginei que falando nas estradas do Faial acabássemos por falar nos plenários da Assembleia e da insinuação muito ligeira que foi feita que eles se calhar nem deviam ser feitos no Faial mas fora desta ilha.

**Deputado Dionísio Sousa** *(PS):* Meta essa na algibeira!

**O Orador:** Os jornalistas no último plenário transmitiram o raciocínio do Sr. Deputado Francisco Sousa sobre o entendimento que o PS tem acerca de algumas coisas aqui no Faial e o senhor anda muito perto desse raciocínio.

**Deputado Dionísio Sousa** *(PS):* Não, não!

**O Orador:** Por si, por algumas pessoas e pela prática deste Governo, esvaziava-se o Faial e transformava-se esta ilha numa colónia de férias.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas** *(Vasco Cordeiro):* Quem sugeriu que a Assembleia devia ter sede em Ponta Delgada foi o vosso parceiro de coligação!

**O Orador:** Quanto à questão concreta das estradas do Faial que aqui é colocada, deixe-me que lhe diga que não percebi as questões que aqui levantou. Por um lado, diz que não conhece bem a questão, mas garante, a pés juntos, que não há paralelismo entre o Faial e as Flores.

**Deputado Dionísio Sousa** *(PS):* O senhor não demonstrou!

**O Orador:** O senhor é que tem que demonstrar não sou eu.

Por outro lado, diz que há uma contradição entre o ponto 1 e o ponto 2 da Proposta de Resolução que o PSD aqui apresenta.

Se há contradição pergunte ao Sr. Secretário da Habitação, porque ele, na Portaria 18/2003, escreve tudo o que está aí para a Ilha das Flores.

Pergunte ao Sr. Secretário por que é que há contradição entre a segurança e o prazo de um ano para reabilitar as avarias das viaturas.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Tem que ler a Portaria!

**O Orador:** Eu já li a Portaria. É por causa dos atrasos nos transportes. Atrasos nos transportes há nas Flores, mas também há aqui.

A única diferença que o Sr. Secretário aqui referiu relativamente às estradas do Faial e às estradas das Flores é, segundo ele, a questão do asfalto betuminoso que não havia nas Flores.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Não. É zero!

**O Orador:** É o que for. Pode ser menos 1, se o senhor quiser.

Nas Flores não há asfalto betuminoso, fez-se esta excepção. No Faial há asfalto betuminoso, portanto não é aceite esta excepção.

O senhor não faz ideia do resto da rede das estradas do Faial. Se o senhor soubesse e fizesse ideia disso, percebia que se há coisa que une os faialenses é a sua preocupação com as estradas. Não são só as estradas do

Governo Regional, são as da Câmara e os caminhos agrícolas. Está tudo numa lástima, tudo numa miséria. O seu desconhecimento leva-o a isso.

A questão técnica que já foi aqui aflorada pelo Sr. Deputado José Decq Mota e que o senhor procurou aqui colocar e salvaguardar, tem que se lhe diga.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* O senhor está enganado. Em vez de ter estudado história devia ter estudado engenharia!

**O Orador:** Por acaso foi um engenheiro que disse isto, o Engº. Fernando Nascimento. Conhece?

No Verão de 2003, o senhor Delegado de Obras Públicas, numa entrevista ao telégrafo, dizia a 22 de Setembro de 2003 que estas obras que agora começaram vão custar 70 mil contos. A obra já não vai ser feita por empreitada como o senhor prometeu em 2000 e 2001, mas vai ser feita por administração directa, sendo utilizados os recursos e equipamentos da própria Secretaria.

A obra começou.

Em Dezembro o senhor anunciava: "Afinal os trabalhos que estavam em curso por administração directa na estrada Castelo Branco/Trupes já não vão continuar por administração directa. Vão ser concluídos e postos a concurso pela SPRHI,SA."

O senhor ainda disse mais:

"Aquilo que custaria, por intervenção directa da Delegação de Obras Públicas, 70 mil contos, passa agora a custar 250 mil contos". É o preço que o senhor anunciou para a empreitada em causa.

Disse também que a técnica ia ser alterada para semi-penetração, agora voltou novamente a tapete de asfalto.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Está trocando tudo.

**O Orador:** Eu não estou trocando nada. Está tudo aqui no papel.

Mas o que é mais preocupante é que, em Março de 2001, o Conselho do Governo Regional, no seu comunicado, dizia o seguinte:

"Foi deliberado o lançamento da empreitada de reabilitação do troço da estrada regional entre a Lombega e Trupes incluindo o ramal do Varadouro, numa extensão de 10 km, pelo valor base de 400 mil contos".

Em Março de 2001, por 400 mil contos, o senhor ia começar as obras de reabilitação das estradas do Faial.

Em Setembro de 2003, o Sr. Delegado de Obras Públicas diz que vai fazer essas obras, não por 400 mil contos, mas por 70 mil.

Em Dezembro de 2003, o senhor já diz que não vai custar nem 400, nem 75 mil, mas sim 250 mil.

O Sr. Secretário quer que acreditemos que estamos a falar da mesma obra? É evidente que não estamos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Deputado João Cunha** *(PSD):* Sr. Secretário, isso parece uma rolha de cortiça no meio do atlântico!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Dispõe de três minutos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamento** *(José Contente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para esclarecer, muito claramente, algumas confusões que foram feitas.

Em primeiro lugar, quando se falou na intervenção pelos serviços da Secretaria da Habitação e Equipamentos aqui no Faial, estava-se a falar no troço Lombega/Trupes. Obviamente, essa intervenção é muito mais barata do que se for o lançamento de uma empreitada por asfalto betuminoso. Portanto, por aí não há nenhuma confusão.

O Governo Regional, e muito bem, depois de ter essa possibilidade, lançou uma empreitada de 28 km para fechar o anel rodoviário da Ilha do Faial que ficou naturalmente com outro preço.

Eu não sei qual é a sua insatisfação.

Estamos satisfeitos por termos encontrado uma solução para resolver definitivamente o principal troço que estava por recuperar na Ilha do Faial. São 28 km desde a Lombega até Trupes e de Trupes até aos Espalhafatos, incluindo o ramal do Varadouro.

O senhor fez muita confusão com esses dados, falando de administração directa e empreitadas. Nós estamos a falar em coisas completamente diferentes.

Os senhores dizem que a SPRHI,SA não poderia lançar e fazer obras e que estaria a utilizar o dinheiro da reconstrução, quando está é a utilizar os fundos comunitários que estão ainda disponíveis. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

**Deputado Costa Pereira** *(PSD):* Isso vamos ver.

**O Orador:** A vossa insatisfação é outra, é que efectivamente nós estamos a fazer obra e boa, também na Ilha do Faial, fechando o anel rodoviário, com uma intervenção que vai durar um ano, com a melhoria da segurança, da qualidade e da durabilidade do pavimento.

Assim os senhores ficam com menos um problema para poderem esgrimir politicamente no Faial. Vão ter agora que se virar para as estradas 2-2ª do

Ramal da Caldeira e a da Ribeira do Cabo até ao Largo de Jaime de Melo. São essas estradas do interior que os senhores ainda podem, como insatisfação dos faialenses, esgrimir politicamente, porque é só disso que se trata nesta questão que está em causa nesta altura.

A nossa preocupação é resolver uma rede viária regional que estava, essa sim, em miseráveis condições em 1996 e que os açorianos não mereciam que àquela data o nosso atraso fosse tão grande.

Foi com este Governo que se deu um passo em frente, um passo significativo e toda a gente reconhece que em matéria de estradas regionais nós estamos a anos luz daquilo que os senhores conseguiram fazer.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota** *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de lamentar esta última intervenção do Sr. Secretário Regional. De facto, é uma intervenção absolutamente lamentável em muitos pontos de vista.

O Sr. Secretário Regional, mediante apreciações que foram feitas e coisas que foram ditas com serenidade, com verdade e que fazem transparecer aquilo que os faialenses pensam sobre este problema, vem com um conceito completamente distorcido do que é a vida política e do que deve ser a actividade do executivo.

A vida política não é para andarmos a esgrimir coisa nenhuma. A vida política é para resolver os problemas.

Os senhores estão a começar com anos de atraso o cumprimento de uma obrigação que tinham, que era fazer a recuperação daquele troço de estrada.

Os senhores escolhem este calendário, porque querem que as pessoas, no dia 10 ou 17 de Outubro, afastem os pés do alcatrão fresco quando forem votar. Isso não é aceitável.

O senhor é que trouxe esse raciocínio aqui, mas esqueceu-se e escondeu uma coisa essencial, é que aquele que tem sido o investimento público nesta terra, nos últimos 8 anos, tem sido "tirado a ferros", porque os senhores por sua iniciativa não o faziam. Os senhores por sua iniciativa não faziam a fábrica de lacticínios.

**Deputado Hernâni Jorge** *(PS):* Essa não, Sr. Deputado.

**O Orador:** Não faziam. Foi "tirado a ferros" e foi preciso esta ilha mobilizar-se, foi preciso haver manifestações, foi preciso haver toda uma actividade massiva para que o investimento público tivesse sido feito aos poucos.

Os senhores nem sequer em 97 aprovaram uma coisa que já estava feita, que era o projecto da segunda fase da marina e só em 98 é que o fizeram.

Em 1997 o Sr. Subsecretário Carlos Corvelo, que já nos esquecemos dele, porque ele não vem aqui,…

**Deputado Renato Leal** *(PS):* Ele esteve aqui o plenário passado.

**O Orador:** … disse nesta casa que para marinas não havia dinheiro, mas em 98, depois de um movimento social no Faial, com milhares de assinaturas, com várias entidades metidas, os senhores reviram a vossa posição e ainda bem que o fizeram.

Com isto quero dizer que o investimento público nesta ilha tem sido feito a reboque de uma opinião e o Sr. Secretário vem agora dizer que queremos esgrimir.

Esgrimir o quê?

Esgrimir a vossa falta de vontade de fazer as coisas?

Sr. Secretário, não é esgrimir. É dinamizar para que as coisas sejam feitas. É isso que se tem feito aqui no Faial e que se vai continuar a fazer. Com toda a serenidade e firmeza o digo.

Em relação a estas estradas, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa levantou um conjunto de questões, dizendo que não foi possível e que só agora é que o foi, etc.

Por que é que isto esteve inscrito no Plano em 2001?

Por que é que a primeira fase da Variante esteve inscrita no Plano? Caiu e ninguém sabe dela!

Por que é que sucessivamente foram dizendo que iam fazer e não fizeram?

**Deputado Fernando Lopes** *(PS):* Foram os tais que não votaram no "cherne". Isso é que dói!

**O Orador:** Portanto, é esta falta de clareza que tem de ser muito bem explicada.

É por esta situação que surgiu esta Petição, como surgiram outras petições.

Eu gostava aqui de fazer um parêntesis para dizer que, felizmente, nesta legislatura, em relação ao problema desta e de outras ilhas, a questão das petições ganhou forma, porque é uma forma dos cidadãos se manifestarem e exercerem a sua legítima pressão democrática.

É uma forma de democracia participativa que devemos acalentar.

Foram muitas as petições que esta Assembleia apreciou devidamente ao longo desta legislatura e ainda bem que isso aconteceu, mas esta Petição acontece, porque há efectivamente um estado de espírito.

Agora, não se pode vir com argumentos como o Sr. Secretário aqui trouxe.

É evidente que esta intervenção que vai ser feita agora da Lombega aos Espalhafatos, é qualitativamente, em termos de custo, diferente do que

inicialmente estava previsto. É absolutamente evidente. Nós não somos burros!

Basta ler os valores para se perceber isso ou então os senhores estavam a exagerar os valores antes.

Portanto, sendo assim, há uma outra opção que o Sr. Secretário não nos quer dizer agora, mas que o futuro vai-nos mostrar qual é e vai mostrar se a opção foi certa ou não. Agora, que o problema está a ser tratado de forma diferente, isso é evidente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não quero eternizar este debate.

O Governo já reafirmou duas vezes a sua posição em relação à Petição e, portanto, tomou a sua opção.

Decidimos qual é a nossa posição com base nos argumentos que já foram aqui expendidos e não tenho mais nada a dizer sobre essa matéria.

Porque parece que algumas intervenções têm sugerido que esta intervenção tem menos qualidade que outras intervenções que supostamente teriam, há aqui uma coisa que é preciso reafirmar: Nós não escondemos que na altura em que foi levantado um primeiro preço com uma empreitada desta natureza, o mercado de construção de obras públicas nos Açores e no Faial tinha uma determinada dimensão de maior procura e obviamente os preços estavam muito mais elevados nessa altura.

Actualmente o mercado de obras públicas nos Açores tem uma determinada configuração e, felizmente, foi possível fazer, garantindo a

qualidade com outro preço, mas isso é um princípio de boa gestão que eu penso que toda a gente deve ficar satisfeita com esta situação.

O que nós queremos garantir é que esta intervenção, como foi dito aqui, foi assumida e iniciada quando tivemos possibilidades sob o ponto de vista dos recursos financeiros e foi assumida no timing que nós achámos adequado, perante uma reconstrução que já estava a caminhar para o seu términos e que tinha um esforço muito menor nas redes viárias da ilha do Faial.

Portanto, não há outra leitura possível, a não ser a leitura que resulta da existência de uma situação financeira passível de iniciar um procedimento para a empreitada e também de estar ajustado ao timing que nós já tínhamos anunciado que era enquanto a reconstrução tivesse no seu auge seria muito difícil e, quanto a nós, até desvantajoso, iniciar um processo de reabilitação das estradas regionais do Faial.

Que não fique a mínima dúvida de que esta intervenção está sendo feita com consciência, com rigor, com qualidade e durabilidade.

É esta a nossa maneira de realizar projectos. É com essa perspectiva que nós temos feito estradas nos Açores e é com essa perspectiva de durabilidade que nós queremos continuar a trabalhar.

Portanto, não há outras leituras possíveis que não sejam, para nós, estas leituras.

As questões do financiamento e do timing foram dois critérios usados para resolver um problema que nós considerámos fundamental nas estradas regionais do Faial. Foi essa a perspectiva, aquela que determinou a decisão do Governo para iniciar a reabilitação das estradas regionais durante o timing em que elas foram iniciadas, ou seja, durante este ano.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Cada vez fico mais confuso.

O senhor diz que fundamentalmente foram os recursos financeiros e a reconstrução que levaram a que se tivesse adiado o investimento nas estradas no Faial.

Nós já sabíamos que não se fez nada no Faial por causa da reconstrução, mas já nem falamos nisso.

Se o problema era recursos financeiros, eu gostava que o senhor me explicasse por que é que, em Abril de 2000, o comunicado do Conselho do Governo informava que havia sido deliberada a reabilitação da estrada regional Ribeirinha/Trupes (fecho do anel)?

O que é que foi feito?

Zero!

No ano seguinte, Março de 2001, o Conselho do Governo no seu comunicado dizia que havia "deliberado o lançamento da empreitada de reabilitação do troço da estrada regional entre Lombega e Trupes (já não é o fecho do anel), incluindo o ramal do Varadouro numa extensão de 10 km, pelo valor base de 400 mil contos."

Para terem deliberado isto devia haver recursos financeiros.

Agora o senhor acrescentou que foi por causa do preço do asfalto.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Eu não disse nada disso!

**O Orador:** Então não disse?

O senhor disse que o preço do asfalto agora era mais baixo.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Eu disse que a oferta e a procura eram diferentes!

**O Orador:** Eu gostava que o senhor me explicasse como é que num ano e meio o preço do asfalto…

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Ninguém falou em preço de asfalto!

**O Orador:** … com o petróleo a subir, reduz 37,5% em 18 meses.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Está a inventar!

**O Orador:** Eu não estou a inventar. O senhor é que o disse!

Esta questão das estradas…

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Dói muito!

**O Orador:** Não me dói nada, porque tudo o que é para o bem desta terra, estou aqui para defender e apoiar. O que os faialenses estranham é o facto dos senhores esperarem 8 anos para resolver este problema e só começam a resolvê-lo em cima das eleições.

**Deputado Joaquim Machado** *(PSD): Muito bem!*

**O Orador:** Isso só dá má credibilidade aos políticos, Sr. Secretário.

É a ânsia das eleições que vos faz fazer as obras.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas** *(Vasco Cordeiro):* E a ânsia das eleições faz com que não querem que o Governo faça a obra!

**O Orador:** Se os senhores tinham disponibilidade e tinham comprometido fazer isso, deviam ter feito no prazo do vosso mandato.

Em 1996 prometeram fazer isso, mas não fizeram. Em 2000, começaram a obra por causa das eleições, mas não a vão concluir antes do fim do mandato.

É isso que dói aos faialenses. É isso que dói às pessoas de bem.

Nós quando prometemos assumimos o compromisso e procuramos realizar as coisas. É essa a diferença.

**Deputado Joaquim Machado** *(PSD): Muito bem!*

**Presidente:** Eu pedia ao Sr. Deputado Bento Barcelos para ocupar o meu lugar por alguns minutos.

*(Neste momento, o Presidente da Assembleia foi substituído na Mesa pelo Vice-Presidente Deputado Bento Barcelos)*

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Todos sabem que houve uma reprogramação financeira do Plano a Médio Prazo, durante esta legislatura, que determinou que o Governo, com muita pena, tivesse que reduzir algumas acções do Plano. Algumas ficaram mesmo por iniciar e chegaram mesmo a ser retiradas do Plano.

As estradas do Faial foram um desses casos.

Nessa altura os senhores não tomaram grande posição contra àqueles que impediram que a Região se endividasse para financiar o seu Plano, ainda que isso significasse um défice de 0,1/12% de todo o défice nacional.

Agora, para assacar responsabilidades ao Governo por não executar determinadas acções há 4 anos, aí já temos gente.

A nossa preocupação, Sr. Deputado, e é aquela que está sendo cumprida, é que após termos condições financeiras, após termos o problema da reconstrução resolvido, sob o ponto de vista do esforço do tráfego que aqui circulava, nós iríamos avançar com vontade para a resolução desse problema.

Infelizmente ainda temos muitos outros quilómetros por essas ilhas fora para reabilitar, repavimentar e construir de novo alguns dos troços que ainda estão em mau estado.

Portanto, este não é um problema de vontade política ou de calendário eleitoral. É um problema de recursos financeiros, de critérios de quem decide e naturalmente de saber adequar as necessidades aos recursos que nós temos disponíveis.

É por isso que as estradas regionais do Faial tiveram a sua hora e o mérito é de quem decidiu, o mérito é de quem conseguiu encontrar condições para que isso se resolvesse, independentemente das petições, das pressões ou da vontade dos cidadãos.

Esse planeamento foi feito obviamente com a consciência dos recursos e da adequação do tempo a esses recursos.

É esse o único critério que foi tido em linha de conta e é naturalmente com satisfação que nós dizemos hoje que iniciámos, com muito gosto, uma empreitada de 28 km que vai fechar o anel rodoviário da Ilha do Faial e que vai dar a esta ilha também mais um grande avanço na qualidade e na percentagem das boas estradas que algumas das nossas ilhas felizmente já têm.

É essa a nossa aposta. É essa a nossa determinação.

É com essa persistência que nós vamos continuar a trabalhar.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota** *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou fazer mais comentários.

Quero apenas fazer dirigir uma pergunta objectiva ao Sr. Secretário Regional.

O Sr. Secretário faz um conjunto de considerações sobre o momento financeiro, sobre a altura em que é possível e sobre a reconstrução.

O sismo foi em 98 e a reconstrução começou logo a seguir.

Eu queria perguntar objectivamente ao Sr. Secretário Regional por que é que o Conselho do Governo, em 2000, deliberou pôr a concurso, por 400 mil contos, a realização daquele troço de estrada que foi referido?

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Porque eram as perspectivas do Plano!

**O Orador:** Por que é que o Conselho do Governo deliberou, em 2001, pôr a concurso aquela estrada?

Não havia ainda a questão do endividamento público.

Eu recordo que este Governo PSD/PP é de 2002 e eu estou a falar de 2000.

Reunindo aqui no Faial com a Câmara Municipal nesse ano, por que é que a seguir vem o Sr. Secretário Francisco Coelho anunciar isso?

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** *(Francisco Coelho):* Está a falar de 2001.

**O Orador** Por que é que deliberaram isso nessa reunião e na seguinte? Nessa altura não havia reconstrução e não havia máquinas a passar?

Quantificaram em 400 mil contos. Eu não percebo!

O Sr. Secretário tem que responder a isto sob pena do todo o seu discurso ser um discurso que não tem credibilidade. A sua argumentação deixa de ter credibilidade se o senhor não tiver razões para responder a estas perguntas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Decq Mota:

Na altura em que isso foi decidido havia a legítima expectativa de nós termos um Plano a Médio Prazo devidamente financiado e isso foi progressivamente, com o passar dos anos, sendo alterado.

Desde o princípio temos que assumir uma coisa, é que quando nós retiramos uma obra de um Plano não é por satisfação própria, é porque há, de facto, condições, que neste caso se vieram a alterar, e as expectativas iniciais do PMP realizadas em 2000 foram, e o senhor conhece os factos como eu, alteradas significativamente com o passar dos anos.

**Deputado José Decq Mota** *(PCP):* Mas não havia reconstrução nessa altura?

**O Orador:** Nessa altura a reconstrução, na base das demolições, já tinha um calendário que permitia lançar os processos.

Eu recordo-lhe que um processo desta natureza leva, até que a obra se inicie, pelo menos 8, 9, 10 ou 11 meses e isso significa que os procedimentos têm que ser devidamente planeados para que isso possa depois acontecer.

Nessa altura foi anunciado que nós não iríamos iniciar o processo da reabilitação das estradas na primeira legislatura, porque tínhamos entre mãos o problema da reconstrução e as dificuldades financeiras foram a única condicionante para que o processo de reabilitação das estradas regionais do Faial não tivesse começado mais cedo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário não respondeu ao Sr. Deputado José Decq Mota e por que não responder ainda se embrulhou mais.

A resposta é muito simples, Sr. Secretário. O senhor tinha que dizer que em Abril de 2000, quando o comunicado do Conselho de Governo apresentou esta resolução para as estradas do Faial, havia eleições.

Em Março de 2001 havia eleições autárquicas e os senhores não são capazes de assumir este compromisso, porque só funcionam em função do calendário eleitoral.

Os senhores apresentam-se aos faialenses com a maior parte dos projectos que se comprometeram fazer em 1996 e em 2000. Não os fizeram e agora vêm dizer, em vésperas das eleições, aos faialenses, que no futuro é que vai ser.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* O futuro já começou!

**O Orador:** É essa falta de assunção da vossa responsabilidade que vai ser julgada nas próximas eleições.

Os faialenses que saem desta ilha e que vão percorrer algumas ilhas dos Açores, percebem bem o abandono a que estiveram votados.

Os faialenses sabem bem que o dinheiro que faltou para o Faial, as reprogramações de que fala e o preço do asfalto, não faltou para o senhor investir nos lugares onde lhe dava mais votos. É isso que o senhor tem que assumir como responsável.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Neste momento o Sr. Presidente retomou o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para o debate deste diploma, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução apresentada pelo PSD, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi rejeitada com 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 27 votos contra do PS.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou e votou a favor desta proposta de recomendação ao Governo Regional, porque entende que é de justiça e de equidade deliberar e recomendar ao Governo Regional que o procedimento de excepção que o Governo teve para com a Ilha das Flores seja aplicado à Ilha do Faial, enquanto as estradas não tiverem as condições para uma circulação eficaz.

As virtudes da democracia são também as virtudes da participação dos cidadãos e os peticionários que apresentaram esta Petição na Assembleia Legislativa Regional, naturalmente vêem defraudadas algumas das expectativas que aqui criaram.

De qualquer forma, fica aqui o registo da participação activa dos cidadãos que me parece ser uma das virtualidades indiscutíveis da democracia e que reforça a importância e a participação activa desses mesmos cidadãos na vida das suas comunidades.

As estradas do Faial são uma preocupação de todos os faialenses e o incómodo que este assunto trouxe foi de tal forma visível, que o Sr. Deputado Renato Leal entrou mudo neste debate e saiu calado.

**Deputados Joaquim Machado e Luís Medeiros** *(PSD): Muito bem!*

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota** *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PCP votou favoravelmente a proposta apresentada pelo PSD, na medida em que ela, configurando aquilo que os peticionários defendiam e apresentavam a esta Assembleia Legislativa Regional, levantava um conjunto de situações que mereciam ter tido uma resposta por parte do Governo Regional.

O PCP estando de acordo com a Petição, não podia estar em desacordo com a Proposta de Resolução que resulta da mesma.

A Petição que foi apresentada é um acto de participação política extremamente louvável e muitíssimo justificado, não só pela grave ausência de acção governativa no que respeita às estradas do Faial, mas também, e hoje ficou aqui claramente demonstrado, pela enorme manipulação de anúncios, contra anúncios e alterações que o próprio Governo tem feito desse problema ao longo dos últimos anos.

Tudo isto faz com que esta questão das estradas do Faial, que é uma questão que une os faialenses, que faz uns falar e outros ficarem calados, venha a esta Assembleia numa altura extremamente oportuna, porque não se pode esconder a realidade com nenhum quilo de asfalto.

Muito obrigado.